

PERFIL DO DELEGADO – SUA ATUAÇÃO E SEUS DESAFIOS NA SOCIEDADE

RODRIGUES, Amanda Britos^{1*}

GONÇALVES, Dieyzi Garcia¹

OLIVEIRA, Lucas Dos Santos De¹

NUNES, Simone Terezinha Gonçalves¹

GRIEBELER, Adriane²

VERDI, Roberta²

RESUMO: O delegado é um profissional essencial para o sistema de justiça, sendo responsável por conduzir as investigações criminais e garantir que os direitos das partes envolvidas sejam protegidos durante o processo. Além disso, é papel do delegado zelar pelo cumprimento da lei e da ordem pública, bem como garantir a segurança da população. Em resumo, a profissão de delegado é fundamental para a manutenção da justiça e da segurança em uma sociedade. Entretanto, no Brasil tal profissão enfrenta inúmeras dificuldades no que diz respeito ao excesso de burocracias presentes nas legislações que fundamentam a base do sistema de justiça que além de limitar a eficiência do profissional. Além disso, as leis muitas vezes não acompanham as mudanças na sociedade e na criminalidade, o que pode tornar o trabalho dos delegados mais desafiador e complexo. Outrossim, fica nítida a questão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres dentro dessa profissão, visto que, em muitos casos, as delegadas são minoria dentro das corporações policiais, o que pode levar a discriminação de gênero e assédio sexual no ambiente de trabalho. Tendo isso em mente, essa pesquisa visa buscar fatos que comprovem nossa tese e, ao mesmo tempo, estudar a forma e o modo que os profissionais dessa área atuam mesmo diante a essas adversidades. Desse modo, foi realizado um estudo sobre os aspectos, sejam eles históricos ou profissionais, que fundamentam a profissão do delegado, em seguida, foi realizada uma entrevista com uma profissional da área, isto é, uma delegada, a fim de trazer à tona diferentes perspectivas e visões sobre o assunto tratado. Logo, foi concluído que os principais fatores que dificultam a profissão de delegado são o excesso de casos acumulados e o déficit de agentes atuantes na profissão, além disso foi constatado a presença do machismo dentro do ambiente de atuação do serviço policial.

¹ Amanda Britos Rodrigues, Dieyzi Garcia Gonçalves, Lucas Dos Santos De Oliveira (Direito), Nível 1 2023/5-Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

² Simone Terezinha Gonçalves Nunes (Direito), Nível 1 2023/5 - Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

*E-mail para contato: amandabr.2023@gmail.com.br



Palavras-chave: Legislações, discriminação, assédio.

ABSTRACT: The police detective is an essential professional for the justice system, responsible for conducting criminal investigations and ensuring that the rights of the parties involved are protected during the process. Additionally, it is the duty of the detective to ensure compliance with the law and public order, as well as to guarantee the safety of the population. In summary, the profession of detective is crucial for maintaining justice and security in society. However, in Brazil, this profession faces numerous difficulties regarding the excess of bureaucracy present in the legislation that underpins the justice system, which limits the efficiency of the professional. Furthermore, laws often do not keep pace with changes in society and criminality, which can make the work of detectives more challenging and complex. Additionally, the issue of difficulties faced by women within this profession is evident, given that, in many cases, female detectives are a minority within police corporations, which can lead to gender discrimination and sexual harassment in the workplace. With this in mind, this research aims to seek facts that support our thesis while studying the way in which professionals in this field work even in the face of these adversities. Thus, a study was conducted on the historical and professional aspects that underpin the profession of detective, followed by an interview with a professional in the field, that is, a detective, in order to bring different perspectives and views on the subject under discussion to light. Consequently, it was concluded that the main factors that hinder the profession of detective are the excess of accumulated cases and the deficit of agents working in the profession, and it was also found that there is a presence of sexism within the working environment of the police service.

Keywords: Legislation, discrimination, harassment.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O delegado é um cargo público na esfera da segurança pública. Ele é responsável por exercer funções de polícia judiciária, ou seja, investigar e apurar infrações penais, identificar e prender criminosos, instaurar inquéritos policiais e elaborar boletins de ocorrência. Ele é um dos principais agentes da Polícia Civil, atuando em delegacias de polícia em todo o país. Além de investigar e solucionar crimes, o delegado também é responsável por garantir a segurança pública, promover a paz social e proteger os direitos dos cidadãos. O delegado é responsável pela tomada de decisões importantes em casos de crimes, como a concessão de



prisão preventiva, a autorização de buscas e apreensões, a determinação de perícia e a apresentação de denúncias ao Ministério Público.

É importante destacar que o delegado atua com independência e imparcialidade, buscando sempre a verdade dos fatos e a justiça. Em resumo, ele é um profissional essencial para o sistema de justiça, sendo responsável por conduzir as investigações criminais e garantir que os direitos das partes envolvidas sejam protegidos durante o processo. Além disso, é dele o papel de zelar pelo cumprimento da lei e da ordem pública, bem como garantir a segurança da população.

Entretanto, tal profissão encontra frequentes problemas que podem configurar-se como limitantes em sua eficiência. Pode-se citar as dificuldades envolvendo as legislações, principalmente países onde elas são muito complexas e sofrem frequentes reformulações – como é o caso do Brasil. Nesses países as leis e regulamentos configuram-se como mecanismos conflitantes, o que prejudica a execução da lei e da justiça de maneira justa e eficaz, por parte dos delegados. Tal realidade não somente acarreta em um excesso de burocracia, a qual prejudica a eficiência dos delegados, dado que ela pode barrar ou deixar casos parados por anos sem um devido fechamento, mas também pode gerar uma pressão social em cima dos delegados, os quais são criticados pela sociedade por não conseguirem resolver determinados crimes ou pela maneira de conduzir as investigações. Outrossim, faz-se imprescindível citar os desafios enfrentados pelas mulheres, as quais exercem a profissão de delegada. A profissão de delegado, assim como a carreira de policial como um todo, é exercida em sua maioria por homens em diversos países, e as mulheres que escolhem ingressar nessa profissão frequentemente lidam com problemas relacionados a preconceito, assédio, discriminação e falta de representatividade em seus ambientes de trabalho.

Essas dificuldades manifestam-se na medida em que as mulheres podem ser consideradas menos capazes do que seus colegas homens, o que gera empecilhos na hora delas alcançarem as devidas promoções em suas carreiras. Além disso, na falta de representatividade contribuem para a "minimização" e a negligência das causas relacionadas às mulheres dentro de instituições políticas ou policiais, e isso pode afetar a motivação e efetividade das mulheres.



Tendo todos esses problemas apresentados acima, esse artigo busca estudar as causas que fundamentam e originam esses problemas, a fim de trazer à tona essas questões as quais nem sempre são lembradas pela sociedade contemporânea e promover debates e discussões que visem aumentar compreensão da sociedade sobre esses temas e permitir que diferentes perspectivas e experienciais venham à tona. Além disso, o artigo também busca estudar e compreender as formas e as relações trabalhistas das mulheres dentro de uma profissão a qual é, historicamente, dominada por homens. Dentro desse contexto, as relações trabalhistas das mulheres que atuam como delegadas ganham uma relevância ainda maior, tendo em vista as características específicas dessa profissão.

Sendo assim, o estudo da evolução das relações trabalhistas das mulheres dentro da profissão de delegada é uma questão que merece atenção. Afinal, essa profissão apresenta desafios únicos, que muitas vezes afetam as mulheres de maneira diferente dos homens. Compreender como a presença feminina na polícia tem sido incorporada e desenvolvida é um passo importante para a promoção da igualdade de gênero e para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas.

Outrossim, é importante salientar que o artigo também busca estudar e compreender o modo que as mulheres atuantes na profissão de delegada. Visto que, a presença feminina no ambiente policial ainda é minoritária e enfrenta desafios que muitas vezes não são percebidos pelos homens. Nesse sentido, é importante compreender como as mulheres delegadas lidam com questões como assédio, discriminação e dificuldades de conciliação entre vida profissional e pessoal.

2 DESENVOLVIMENTO

Tendo apresentado o tema desse artigo faz-se imprescindível a realização de um estudo voltado a temas aspectos e questões históricas, a atuação do delegado, o estatuto do profissional, as formas de ingressar na carreira, as áreas de atuação e a importância do Delegado na sociedade.

2.1 Referencial Teórico



A profissão de delegado é uma das mais antigas e importantes do sistema de justiça criminal. O delegado é o representante da Polícia Civil, responsável por investigar crimes e garantir a segurança pública, dentro de uma atuação legítima em prol do bem-estar social (SANTOS, 2018, p. 35). Ao longo dos anos, a profissão passou por diversas transformações, e hoje é uma das mais complexas e essenciais para o sistema de justiça criminal. Neste artigo, será apresentada a história e os mais diversos aspectos que fundamentam a profissão de delegado, desde sua origem até a atualidade.

2.1.1 Aspectos históricos

A profissão de delegado tem origem na Roma Antiga, com a figura do "praefectus urbi". Este era o responsável por manter a ordem e a segurança na cidade, além de exercer funções judiciais. Com o tempo, a figura do "praefectus urbi" evoluiu para a do "praefectus vigilum", responsável pela segurança pública e prevenção de incêndios. No Brasil, a profissão de delegado teve início no século XIX, com a criação da Polícia Civil. Antes disso, as funções de investigação e manutenção da ordem pública eram exercidas pela Guarda Nacional e pela Guarda Municipal. A Polícia Civil foi criada em 1808, por Dom João VI, como forma de garantir a segurança da corte e dos estrangeiros que chegavam ao Brasil. A partir daí, a profissão de delegado foi se consolidando e se tornando cada vez mais importante para o sistema de justiça criminal, tendo suma importância na parte de investigação criminal e na preservação da ordem pública (LEAL E JESUS, 2020).

Ao longo dos anos, a profissão de delegado passou por diversas transformações que foram acompanhadas de mudanças sociais presentes em cada época da sociedade (VEJA, 2016). Na década de 1960, foi criado o cargo de delegado de polícia, que se tornou a autoridade policial responsável pela condução das investigações criminais. Antes disso, as investigações eram conduzidas por policiais civis sem formação específica para tal função.

Na década de 1990, foi promulgada a Constituição Federal, que estabeleceu novas atribuições para a Polícia Civil e para a carreira de delegado. A Constituição de 1988 reconheceu a Polícia Civil como órgão permanente e essencial para a segurança pública, e



estabeleceu que a carreira de delegado é exclusiva de bacharéis em Direito. Com isso, o delegado de polícia passou a ter a responsabilidade de conduzir a investigação criminal, requisitar diligências investigatórias, presidir inquéritos policiais e, ainda, dirigir a Polícia Judiciária.

Além disso, faz-se válida a citação da Lei nº 12.830/2013, conhecida como Lei de Organização Criminosa, estabelecendo que apenas o delegado de polícia poderá presidir inquéritos policiais envolvendo crimes praticados por organizações criminosas. Isso demonstra a importância e a complexidade da profissão de delegado na atualidade (FRANCO; STOCO, 2016).

2.1.2 Atuação do delegado

Atualmente, a carreira de delegado é considerada uma das mais importantes do sistema de justiça criminal, uma vez que os delegados de polícia têm como função principal a condução das investigações criminais. Eles são responsáveis por garantir que os crimes sejam investigados de forma adequada e que os criminosos sejam levados à justiça. Mas, a sua atuação vai muito além disso, o delegado representa a figura central do sistema de justiça criminal, dado que ele é o atuante responsável por promover a justiça e segurança pública (DELLA PORTA; REITER, 2006).

Logo, a atuação do delegado pode variar dependendo da jurisdição em que atua, mas em geral, o delegado é responsável por investigar e lidar com crimes dentro de sua área de atuação. Aqui está um resumo das principais funções e responsabilidades do delegado: Receber e registrar denúncias de crimes: O delegado é responsável por receber e registrar as denúncias de crimes que ocorrem dentro de sua jurisdição. Isso inclui entrevistar a vítima e coletar evidências relevantes. Porém, existem outras funções que compõem na atuação de um delegado

Investigar crimes: Uma vez que uma denúncia é feita, o delegado é responsável por investigar o crime e coletar todas as informações e evidências relevantes. Isso pode incluir



entrevistar testemunhas, coletar amostras de DNA, examinar cenas de crime e analisar evidências físicas.

Identificar suspeitos: Com base nas evidências coletadas, o delegado trabalha para identificar suspeitos. Isso pode incluir a obtenção de mandados de busca e apreensão, a realização de interrogatórios e a análise de registros e bancos de dados.

Prender suspeitos: Quando um suspeito é identificado, o delegado é responsável por prendê-lo e levá-lo à justiça. Isso pode envolver a obtenção de mandados de prisão e a coordenação com outras agências de aplicação da lei.

Encaminhar casos ao Ministério Público: Depois de concluir a investigação, o delegado encaminha o inquérito ao Poder Judiciário. Porém, caso o crime seja de ação incondicionada, o Ministério Público será o titular da ação.

Manter registros e relatórios: O delegado é responsável por manter registros precisos de todas as denúncias, investigações e prisões em sua jurisdição. Também é responsável por fornecer relatórios regulares ao Ministério Público e outras agências governamentais. Portanto, o delegado é um agente público responsável pela manutenção da ordem pública da sociedade, assim como bem acentuou a revista *Veja* (2016):

A investigação conduzida pelo delegado de polícia é de fundamental importância para a garantia da segurança pública e da paz social, devendo ser realizada com seriedade, imparcialidade e respeito aos direitos fundamentais dos investigados. (VEJA, 2016)

Sendo assim, vale a citação da Lei 12.830/2013 dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. De acordo com o artigo 2º da referida lei, o delegado de polícia é o responsável pela condução da investigação criminal, devendo velar pela sua eficiência e qualidade.

Além disso, a lei estabelece que o delegado de polícia possui ampla autonomia na condução da investigação, podendo requisitar diligências, determinar a realização de perícias e adotar outras medidas necessárias.

Para garantir a efetividade da investigação conduzida pelo delegado de polícia, a Lei 12.830/2013 também estabelece que ele deve ser dotado de autonomia funcional, técnica e



administrativa, além de gozar de independência e imparcialidade no exercício das suas funções.

A Lei 12.830/2013 também estabelece que o delegado de polícia pode requisitar informações, documentos e dados, inclusive sigilosos, necessários à investigação criminal, desde que fundamente sua decisão e mantenha sigilo das informações obtidas.

Por fim, a Lei 12.830/2013 estabelece que o delegado de polícia tem a competência exclusiva para lavrar o auto de prisão em flagrante delito e para conduzir o inquérito policial.

Em resumo, o delegado é responsável por investigar e lidar com crimes em sua jurisdição. Isso inclui receber denúncias, investigar crimes, identificar suspeitos, prender suspeitos, encaminhar casos ao Ministério Público e manter registros precisos e relatórios.

2.1.3 Estatuto do Profissional

Não há um estatuto específico para delegados no Brasil, mas existem leis e regulamentos que regem a atuação dos delegados de polícia. O delegado é um servidor público do Estado responsável por coordenar e executar atividades de investigação, apuração e prevenção de crimes. A atuação do delegado é regulamentada por diversas normas, tais como a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Abuso de Autoridade, entre outras.

O cargo de delegado é geralmente ocupado por servidores públicos concursados, com formação em Direito e aprovação em concurso público específico para o cargo. Os delegados são lotados na Polícia Civil dos Estados e do Distrito Federal e, em geral, têm autonomia funcional para conduzir suas investigações.

As atribuições e deveres dos delegados são definidos por lei, e incluem a instauração e presidência de inquéritos policiais, a lavratura de termos circunstanciados, o cumprimento de mandados de prisão e a participação em operações policiais, entre outras atividades. Além disso, os delegados também têm o dever de zelar pelos direitos fundamentais das pessoas, como o direito à intimidade, à vida, à liberdade e à propriedade, e de garantir que os



procedimentos policiais sejam conduzidos de forma legal e respeitando as garantias constitucionais dos investigados, como bem pontuou Franco e Stoco (2016):

O papel do delegado de polícia na persecução criminal é crucial para o êxito da investigação, devendo atuar com autonomia e independência, sem se submeter a pressões externas ou internas que possam comprometer a lisura do processo investigatório. (FRANCO; STOCO, 2016)

Em resumo, o estatuto do delegado não existe como um documento único, mas a atuação do delegado é regulamentada por diversas leis e regulamentos que definem suas atribuições, deveres e responsabilidades no âmbito da Polícia Civil.

2.1.4 Formas de ingressar na carreira

As formas de ingressar na carreira de delegado podem variar de acordo com a legislação de cada estado da Federação. De modo geral, é necessário possuir diploma de bacharel em Direito e ser aprovado em concurso público específico para a carreira de delegado de polícia. Alguns estados estabelecem outros requisitos para a inscrição em concursos públicos, como idade mínima, experiência em atividades jurídicas ou policiais, entre outros. É importante ressaltar que, mesmo após a aprovação no concurso público, o candidato ainda pode ser submetido a avaliações físicas, psicológicas e investigação de antecedentes para a obtenção da aprovação final. Ademais, alguns estados podem exigir também que o candidato tenha carteira de habilitação e cumpra outros requisitos específicos para a nomeação, como ser brasileiro nato ou naturalizado, estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, dentre outros.

Mas, de um modo geral, a carreira de delegado de polícia é acessível apenas por meio de concurso público específico para a carreira, como mencionado anteriormente. No entanto, em alguns estados da Federação, é possível ingressar na carreira de delegado de polícia de forma alternativa, desde que atendidos os requisitos estabelecidos em lei. Um exemplo é o estado de São Paulo, que permite a nomeação de delegados de polícia por meio de remoção, em que o servidor público concursado de carreira em outra instituição policial, que possua cargo compatível com o de delegado de polícia, pode ser transferido para a Polícia Civil de



São Paulo para ocupar vaga disponível. Nesse caso, é necessário que o servidor preencha os requisitos previstos em lei para a investidura no cargo de delegado de polícia. Além disso, outra forma alternativa é por meio de ascensão funcional, em que o servidor público concursado em outra carreira na Polícia Civil, como investigador ou escrivão, pode ascender ao cargo de delegado de polícia após cumprir determinado período de tempo na carreira, bem como atender aos demais requisitos estabelecidos em lei, entretanto, é importante ressaltar que as formas alternativas de ingresso na carreira de delegado de polícia são excepcionais e dependem das regras estabelecidas por cada estado da Federação. Além disso, essas formas não são comuns e não estão disponíveis em todos os estados do Brasil.

Em resumo, as principais formas de ingresso na carreira de delegado são: ser aprovado em concurso público específico para a carreira, possuir diploma de bacharel em Direito e cumprir os requisitos estabelecidos por cada estado da Federação.

2.1.5 Áreas de Atuação

Um delegado pode atuar em diversas áreas, dependendo da sua formação e da instituição em que trabalha. No Brasil, o termo "delegado" é frequentemente associado às autoridades policiais civis, que têm como atribuição principal a condução de investigações criminais. Dessa forma, o delegado de polícia é um agente público que atua na Polícia Civil, que é responsável pela apuração de crimes que ocorrem dentro de um determinado estado. Ele é responsável por conduzir as investigações criminais, realizar inquéritos, ouvir testemunhas e coletar provas para a identificação e punição dos culpados. Além disso, existem outras áreas em que o termo "delegado" pode ser utilizado, como em órgãos públicos, empresas e organizações, onde a função do delegado pode variar bastante, desde o gerenciamento de projetos até a representação da empresa em reuniões e eventos, porém, apesar de todas as diferenças regionais e culturais, todos os delegados têm um ponto em comum, que é a consolidação do Estado Democrático de Direito no país (COSTA, 2015).

Além disso, o termo "delegado" pode ser utilizado em diversas áreas, dependendo da instituição em que trabalha e da sua formação. Os delegados podem trabalhar em muitas áreas



diferentes. Uma delas é a polícia civil, responsável por investigar crimes cometidos em determinado estado, conduzir investigações criminais, conduzir investigações, ouvir testemunhas e reunir provas para identificar e punir irregularidades. Outra opção é trabalhar para a Polícia Federal, que investiga crimes federais como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e infrações fiscais e com experiência jurídica, os agentes também podem exercer a advocacia e prestar serviços jurídicos a empresas e indivíduos.

Além disso, é possível trabalhar na administração pública e gerenciar projetos e programas de governo em órgãos públicos como o Departamento de Estado, ministérios e agências. Também é possível trabalhar para uma empresa privada, representar a empresa em conferências e eventos e gerenciar projetos e programas internos. Por fim, representantes formados em pedagogia ou áreas afins podem atuar como professores em universidades e faculdades, ministrando disciplinas relacionadas à segurança pública e direito.

Sendo assim, faz-se válido a citação do artigo 144 da Constituição Federal de 1988 a qual diz que "a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos de polícia". Logo, o delegado torna-se responsável pela investigação de crimes praticados dentro de sua área de atuação. Além disso, pelo fato dele possuir a formação em direito ele pode atuar em outras como a Docência e as demais citadas anteriormente.

2.1.6 Qual a importância do Delegado na sociedade

Como falado anteriormente, são muitas as funções e formas de atuação presentes dentro da profissão de delegado, mas de um modo geral, a figura do delegado está intimamente relacionada com a legitimação e a consolidação do Estado Democrático de Direito, o qual se configura como um conceito que descreve um modelo de organização política e jurídica que prevê a proteção e a promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos,

a garantia do acesso à justiça, a limitação do poder estatal e a participação popular no processo democrático, assim como citou Sarlet (2018):

O Estado Democrático de Direito é uma concepção que se baseia na ideia de que a autoridade estatal deve ser exercida em conformidade com as normas constitucionais e os valores fundamentais da sociedade. (SARLET, 2018, p. 98)

Tendo isso vista, fica claro a importância da figura do delegado dentro do sistema jurídico brasileiro, podendo ser facilmente considerado como a peça chave no papel de garantia da segurança pública brasileira, tendo ele diversas responsabilidades em suas mãos, como o papel da instauração de inquéritos, a liderança de decisões no âmbito policial (COSTA, 2015).

2.2 Metodologia

Tendo apresentado o estudo anterior, viu-se a necessidade de realizar uma entrevista com uma profissional da área, visto que tal artifício configura-se como essencial para a difusão de conhecimento e da opinião crítica, uma vez que ela pode propor um debate e trazer diferentes visões e posicionamentos à respeito do tema em questão.

2.2.1 Entrevista com uma Profissional da área

Tendo esses fatos apresentados acima, viu-se a necessidade de buscar por amostras que pudessem colaborar com o objetivo de obter uma ampla variedade de perspectivas sobre os desafios enfrentados por Delegadas ativas e atuantes dentro dessa profissão. Por questões de ética e segurança para com a família da entrevistada, o artigo irá se referir a ela como “A Delegada” ou apenas “A Entrevistada”. Nessa entrevista foram abordados temas como, os maiores desafios que A Entrevistada enfrentou durante o exercício de sua profissão, qual foi o caso que mais impactou em sua carreira e quais seriam as formas que os cidadãos teriam para contribuir em prol da eficácia da profissão de delegado. Foi perguntado também se alguma



vez A Delegada já recebeu alguma ameaça por ocupar aquela posição, além disso, foi questionado a ela há quantos anos ela exercia a profissão de delegada e também foi perguntado como A Delegada se enxergava desde o período inicial de sua carreira até os dias hoje, isto é, como ela se via atuando lá atrás e como ela se vê hoje. Ademais, foram levadas questões relacionadas ao seu próprio enfrentamento em relação aos problemas que ela enfrentou dentro de seu ambiente de trabalho. Por último foi perguntado a sua visão com relação com a evolução da condição das mulheres dentro da área policial.

De acordo com A Entrevistada, o maior desafio que ela enfrenta dentro de seu ambiente profissional é o volume de trabalho que a profissão de delegado enfrenta, existem inúmeros registros de ocorrência envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, e o efetivo da delegacia não consegue atender tamanha demanda, segundo a entrevistada, seria necessário o triplo de agentes policiais atuantes para atender tal demanda, e esse déficit de policiais se repete por todo o Brasil. Logo, seria necessário mais investimento, isso não apenas nas pessoas em si, mas em estrutura, em viaturas e afins. Dentre os casos em que A Entrevistada conta que um mês após ela assumir o posto de delegada, houve um caso em que ela se deparou com um professor, o qual era especializado em crianças com o espectro autista, que estuprava essas crianças. Inclusive, durante as investigações foi revelado que o professor também estuprava crianças que sofriam com paralisia e até com síndrome de down.

Outrossim, A Delegada debateu a respeito da forma e dos mecanismos que o cidadão popular tem de contribuir para o aumento da eficácia do trabalho do Delegado. Tendo por base as palavras da Delegada, a comunidade ajuda e contribui para a eficácia do serviço de delegado quando ela denuncia um grupo, isto porque, muitas vítimas não possuem forças ou apoio para denunciar determinadas atividades criminosas. Por exemplo, existem inúmeras mulheres que são vítimas de violência doméstica e familiar, entretanto, os vizinhos mesmo escutando e tendo o devido conhecimento desse fato, optam por não denunciá-lo, seja porque não querem se meter nos assuntos de outras famílias ou simplesmente não querem se incomodar com isso por acharem que se trata apenas de uma briga de marido e mulher. Porém, a comunidade poderia ajudar e contribuir para o combate desses crimes na medida em que denunciam essas atrocidades, quando se configuram como fatos reais. Além disso, a confiança das massas populares no trabalho da polícia também se faz essencial para a eficácia



desse serviço, visto que existe uma forte tentativa de desmoralização do trabalho policial por parte da mídia brasileira. Entretanto, é óbvio que existem maus profissionais atuantes nas mais diversas profissões, inclusive na polícia, mas isso não justifica a tentativa de denegrir o serviço da polícia, visto que isso contribui como um mecanismo de fortalecimento do crime organizado, na medida em que ele pode se aproveitar da falta de confiança da população na polícia para fazer com que ela evite cooperar com as investigações ou fornecer informações que possam ajudar a polícia a dismantelar organizações criminosas. Isso pode levar a uma diminuição da eficácia da polícia na luta contra o crime organizado, esse fato provoca um clima de instabilidade e hostilidade entre a polícia e a população, que pode ser usado a favor do crime organizado. Após isso, A Entrevistada conta que, mesmo estando atuando nessa posição por apenas um ano, ela já recebeu uma ameaça de morte, porém, isso não a impediu de adquirir mais experiência e segurança ao longo de sua carreira, os quais foram essenciais para lhe darem mais aptidão dentro de sua profissão.

Ademais, A Delegada enxerga que, de fato, houve mudanças positivas mesmo que o machismo ainda exista dentro do ambiente de trabalho policial, na medida em que existe uma crença de que uma mulher não seja capaz de tornar-se delegada, ou ainda que pelo fato da Delegada ser educada, delicada ou, simplesmente, por estar bem arrumada, ela não terá pulso ou firmeza nas horas decisivas, mesmo que uma coisa não tenha nada a haver com a outra. Logo, ainda existe um estigma na sociedade de que uma mulher delegada precisa ser “masculinizada”, isto é, uma mulher que desafia as normas de gênero tradicionais e adotavam comportamentos que eram considerados mais “masculinos” pela sociedade, como “falar de maneira grossa” ou “ocupar profissões tipicamente associadas ou exercidas por homens.

Por fim, A Delegada conta um pouco sobre o modo e os mecanismos que utilizou para lidar com os problemas e adversidades que enfrentou ao longo de sua carreira. Ela conta que quando começou a fazer concurso público, ela já tinha dois filhos e era casada, logo, para ela conseguir estudar, era necessária uma rotina muito organizada além de uma rede de apoio para auxiliar no cuidado de seus filhos. Hoje, dentro de sua profissão, ela ainda precisa de auxílio, principalmente, na parte de cuidado dos filhos, já que ela se sente mais segura dentro de sua profissão sabendo que seus filhos estão sendo bem cuidados. Além disso, a Delegada também conta que ao longo de sua carreira ela aprendeu a se valorizar e entender o seu valor

e a importância da posição em que ela se encontra, visto que a Entrevista conta que pode atuar, não apenas para a sociedade como um todo, mas para as mulheres como um todo.

2.3 Resultados e Discussão

A entrevista com a delegada apresenta diversos pontos importantes sobre a atuação das mulheres dentro da carreira policial, bem como os desafios enfrentados por essas profissionais no exercício de suas funções. Em relação aos maiores desafios, a delegada destaca o volume de trabalho que a profissão enfrenta, especialmente no que diz respeito às ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela destaca que o efetivo das delegacias é insuficiente para atender a essa demanda, o que demonstra a necessidade de investimento em recursos humanos e em estrutura, e a falta desses mecanismos configura uma negligência estatal nessa área, a qual é crucial no combate do crime organizado e na garantia da segurança pública. Tendo isso em vista é válido a citação de Lacerda (2017), o qual diz:

A falta de recursos humanos e materiais nas delegacias é um dos maiores desafios enfrentados pelos delegados, o que compromete a qualidade das investigações e prejudica o atendimento à população. (LACERDA, 2017)

A entrevistada também relata um caso impactante em sua carreira, em que investigou um professor especializado em crianças com autismo que estuprava essas crianças, além de outras com paralisia e síndrome de down. Essa situação mostra a gravidade dos crimes cometidos e a importância do trabalho da delegada para garantir que esses abusos sejam punidos.

Além disso, a delegada destaca a existência de machismo no ambiente de trabalho policial, o que pode dificultar a ascensão de mulheres a cargos de liderança e a atuação delas dentro da profissão. Ela menciona o estigma de que uma mulher delegada precisa ser "masculinizada", desafiando normas de gênero tradicionais e adotando comportamentos considerados mais "masculinos" pela sociedade. A entrevistada destaca que essa crença é prejudicial e que uma mulher pode ser uma excelente delegada mesmo sem seguir esses padrões. Nesse aspecto, faz-se válido a citação dos autores Azevedo e Silva (2020), os quais abordam essa problemática em seus estudos.



As mulheres delegadas enfrentam desafios adicionais em sua profissão, como a discriminação de gênero, o assédio sexual e moral e a falta de oportunidades de ascensão na carreira. (AZEVEDO; SILVA, 2020)

A delegada também fala sobre a importância de ter uma rede de apoio, especialmente no cuidado com os filhos, para poder exercer sua profissão com tranquilidade. Ela ressalta que aprendeu a se valorizar e entender sua importância dentro da posição em que atua, atuando não apenas para a sociedade em geral, mas para as mulheres como um todo.

Em resumo, a entrevista com A Delegada revela importantes desafios enfrentados por mulheres dentro da carreira policial, e de como podem ser subestimadas e ou as vezes nem serem levadas às sério (CARVALHO; ROCHA, 2019), bem como a importância de se investir em recursos humanos e estrutura para que essas profissionais possam exercer suas funções com eficácia, na medida em que essa realidade pode comprometer, não somente a eficácia dos delegados, mas a integridade e a segurança dos cidadãos que aguardam pelo cumprimento desse serviço. Nesse sentido, faz-se imprescindível citar Marques et al. (2016, p. 2), o qual diz

A falta de estrutura e de investimentos nas delegacias pode comprometer a segurança dos delegados e dos cidadãos que buscam atendimento, tornando as delegacias locais vulneráveis a crimes e violências". Os autores apontam ainda que essa situação compromete a eficácia das delegacias em garantir a proteção da população e pode levar a uma sensação de insegurança na comunidade. Nesse sentido, torna-se essencial a implementação de políticas públicas que visem à melhoria da infraestrutura e dos recursos das delegacias, a fim de garantir a segurança e o bem-estar da população. (MARQUES ET AL, 2016, p. 2).

Outrossim, A Delegada também fala em questões envolvendo seus problemas em conciliar sua vida pessoal com sua carreira, principalmente no início dela. No geral, as mulheres delegadas enfrentam desafios específicos para conciliar a carreira e a vida pessoal. Em muitas profissões consideradas "masculinas", as mulheres ainda enfrentam papéis de gênero tradicionais e discriminação de gênero, o que pode tornar mais difícil para elas encontrar um equilíbrio entre a carreira e a vida pessoal. Além disso, muitas instituições policiais têm uma cultura organizacional tradicionalmente masculina, o que pode aumentar a



pressão sobre as mulheres para se esforçarem ainda mais para provar sua competência e habilidades.

Essa realidade pode gerar uma pressão que as mulheres delegadas sofrem para equilibrar a carreira e a vida pessoal pode ser ainda mais intensa se elas têm filhos ou outras responsabilidades familiares. Isso pode tornar mais difícil para elas conciliarem as demandas do trabalho com as necessidades de cuidados com a família. Além disso, a cultura organizacional masculina pode fazer com que as mulheres se sintam menos incluídas e apoiadas no local de trabalho, o que pode aumentar a pressão sobre elas para se sobressaírem em suas funções.

Em resumo, as mulheres delegadas enfrentam desafios específicos para conciliar a carreira e a vida pessoal, incluindo papéis de gênero tradicionais, discriminação de gênero e cultura organizacional masculina. Desse modo, podemos citar o pensamento de Lima (2019) que diz

As mulheres delegadas enfrentam desafios em conciliar suas responsabilidades familiares e profissionais, e muitas vezes enfrentam a discriminação e o preconceito por parte de seus colegas de trabalho. (LIMA, 2019)

Em síntese, o estudo presente neste artigo procurou promover um estudo a respeito da profissão, da atuação e dos aspectos históricos do delegado com o propósito de estudar os desafios que cercam os indivíduos que exercem essa profissão tão essencial para a legitimação e na fundamentação da segurança pública no Brasil. A fim de buscar diferentes perspectivas sobre esse assunto, foi realizada uma entrevista com uma Delegada atuante no município de Bagé. As entrevistas são cruciais ao pesquisar um assunto específico porque dão aos pesquisadores a chance de aprender fatos e opiniões em primeira mão de pessoas que têm conhecimento ou experiência em primeira mão sobre o assunto, visto que as entrevistas podem ajudar a descobrir pontos de vista e opiniões que podem não estar incluídos em outros métodos de coleta de dados, ajudando a criar uma compreensão mais completa e diferenciada do tópico. Além disso, as entrevistas dão aos pesquisadores a chance de esclarecer quaisquer

mal-entendidos ou ambiguidades e fazer perguntas de acompanhamento, o que pode melhorar a confiabilidade e a precisão dos dados coletados.

Dentre os problemas abordados e estudados nessa pesquisa, pode-se destacar o excesso de volume de casos que a profissão de Delegado precisa arcar diariamente, principalmente envolvendo questões relacionadas à violência doméstica e familiar contra as mulheres. E, ao mesmo tempo em que delegados precisam responsabilizar-se com tamanha quantidade de casos, eles enfrentam problemas envolvendo o baixo efetivo de agentes policiais, os quais infelizmente não atendem essa demanda. Isso contribui, não apenas para a perda de eficiência do serviço dos delegados, mas para o desgaste mental dos mesmos (XAVIER, 2019).

Além disso, outra questão levantada dentro da pesquisa foi a condição das mulheres dentro do ambiente de trabalho policial. Desse modo faz-se válido citar o pensamento do Instituto Avon (2018), o qual diz:

As mulheres delegadas precisam lidar com estereótipos e preconceitos de gênero que as impedem de serem vistas como profissionais capazes e competentes em suas funções. (INSTITUTO AVON, 2018).

Conclui-se que o machismo ainda se faz presente dentro dessa área, visto que, o estereótipo da mulher delegada precisar ser, necessariamente, "masculinizada" ou abrir mão de seus traços femininos para assumir o cargo de delegada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrevista com a delegada apresenta diversos pontos importantes sobre a atuação das mulheres dentro da carreira policial, bem como os desafios enfrentados por essas profissionais no exercício de suas funções. Em relação aos maiores desafios, a delegada destaca o volume de trabalho que a profissão enfrenta, especialmente no que diz respeito às ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela destaca que o efetivo das delegacias é insuficiente para atender a essa demanda, o que demonstra a necessidade de investimento em recursos humanos e em estrutura, e a falta desses

mecanismos configura uma negligência estatal nessa área, a qual é crucial no combate do crime organizado e na garantia da segurança pública.

Em síntese, o estudo presente neste artigo procurou promover um estudo a respeito da profissão, da atuação e dos aspectos históricos do delegado com o propósito de estudar os desafios que cercam os indivíduos que exercem essa profissão tão essencial para a legitimação e na fundamentação da segurança pública no Brasil. A fim de buscar diferentes perspectivas sobre esse assunto, foi realizada uma entrevista com uma Delegada atuante no município de Bagé. As entrevistas são cruciais ao pesquisar um assunto específico porque dão aos pesquisadores a chance de aprender fatos e opiniões em primeira mão de pessoas que têm conhecimento ou experiência em primeira mão sobre o assunto, visto que as entrevistas podem ajudar a descobrir pontos de vista e opiniões que podem não estar incluídos em outros métodos de coleta de dados, ajudando a criar uma compreensão mais completa e diferenciada do tópico. Além disso, as entrevistas dão aos pesquisadores a chance de esclarecer quaisquer mal-entendidos ou ambiguidades e fazer perguntas de acompanhamento, o que pode melhorar a confiabilidade e a precisão dos dados coletados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013. Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112830.htm>. Acesso em: 28 mar. 2022.

COSTA, L. A. O papel do delegado de polícia na consolidação do Estado Democrático de Direito. Revista da Academia de Polícia Civil do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 71-80, 2015. Disponível em: https://www.acadepol.sp.gov.br/revista/Rev_15_02/Rev_15_02_artigo_06.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.

COSTA, Valdir Soares. O perfil do delegado de polícia no Brasil: um estudo comparativo entre as polícias civis dos estados brasileiros. 2015. 161 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.



DELLA PORTA, F. A.; REITER, R. O papel do delegado de polícia na promoção da justiça e da paz social. Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, v. 1, n. 1, p. 144-159, 2006. Disponível em: <https://www.pf.gov.br/servicos-pf/institucional/revista-brasileira-de-ciencias-policiais/edicoes-publicadas/2006/rbcp-vol-1-n1-2006/o-papel-do-delegado-de-policia-na-promocao-da-justica-e-da-paz-social.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.

FRANCO, A. S.; STOCO, R. O papel do delegado de polícia na persecução criminal e a autonomia na investigação. Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília, v. 5, n. 2, p. 42-62, 2016. Disponível em: <https://www.pf.gov.br/servicos-pf/institucional/revista-brasileira-de-ciencias-policiais/edicoes-publicadas/2016/rbcp-vol-5-n2-2016/artigos-e-resenhas/o-papel-do-delegado-de-policia-na-persecucao-criminal-e-a-autonomia-na-investigacao.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.

FRANCO, A. S.; STOCO, R. Código de processo penal e sua interpretação jurisprudencial. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

LEAL, A. S.; JESUS, D. S. O papel do delegado de polícia na condução da investigação criminal e na preservação da ordem pública. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 25, n. 6175, 8 out. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/84305/o-papel-do-delegado-de-policia-na-conducao-da-investigacao-criminal-e-na-preservacao-da-ordem-publica>. Acesso em: 06 abr. 2023.

SANTOS, J. R. O papel do delegado na investigação criminal: uma análise sobre a atuação legítima em prol do bem-estar social. Revista Jurídica, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 32-48, 2018.

SARLET, I.W. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 14. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018. p. 98.

VEJA. Cargo de delegado de polícia: atribuições e competências. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/noticias-sobre/delegado-de-policia/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

VEJA. Cargo de delegado de polícia: atribuições e competências. Veja online, 29 jul. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/noticias-sobre/delegado-de-policia/>. Acesso em: 06 abr. 2023.